



O sistema político brasileiro: heranças e perspectivas

Pablo Henrique Rios Nascimento

Introdução

O presente trabalho tem a finalidade de trazer a discussão acerca do sistema político brasileiro no período ditatorial (1964-1985), analisando a supressão e as alterações nos sistemas eleitoral e partidário. Essa finalidade não esgota outros debates, mas procurar trazer mais elementos que permitam identificar nos mecanismos responsáveis por aprimorar a democracia brasileira, quais os possíveis apontamentos aos debates que acontecem com a devida relevância no Congresso Nacional sobre a Reforma Política. Entendendo que o foco do presente artigo é analisar o sistema eleitoral e partidário na época da ditadura, procuramos, antes de mais no assunto em si, trazer mais informações sobre a relação entre os militares, o poder e a democracia no Brasil, desde a época da Proclamação da República até o período do regime autoritário militar iniciado em 1964. Neste ponto, passamos a análise da supressão do sistema eleitoral até as primeiras eleições legislativas ocorridas na ditadura, para depois partir para a análise da Reforma Partidária de 1979 e seus desdobramentos para a abertura democrática.

Metodologia

A metodologia utilizada para a realização do presente trabalho é a pesquisa de fundamentações realizadas por autores renomados que abordaram o tema em questão. Esse levantamento bibliográfico busca contribuir no debate que envolve mudanças no sistema político brasileiro.

Resultados e Discussão

O Brasil neste momento passa pelo mais duradouro período de estabilidade democrática de sua República. Desde o processo de redemocratização terminado em 1985, nosso país tem enfrentado vários desafios, não só de ordem política como também econômica e social. Temos mais um ingrediente nesta receita: problemas políticos. Na maioria das pesquisas realizadas com esse caráter, os escândalos de corrupção na política são os que figuram no topo da lista de descontentamentos da população. Segundo Singer [1] por seu turno, a mídia cumpre um papel que por vezes leva a uma deterioração da atividade política.

O fato de buscar na redemocratização um melhor caminho para entender o sistema político tem o intuito de explicitar como foi feito o processo de liberalização política, tendo como pensamento norteador o da pesquisadora e Professora do Departamento de Ciência Política da USP, Maria D'Alva G. Kinzo [2]. Como afirma a autora “a reconstrução do sistema político deu-se através de acomodações e do entrelaçamento de práticas de estruturas novas e antigas, combinação esta que estruturou as opções e estratégias seguidas pelos principais atores do processo político” (KINZO, p.9). Mas antes, os militares.

A Proclamação da República teve influência e participação dos militares; movimento que dá início ao período que ficou conhecido como República da Espada, apelidada. Nos acontecimentos que levaram ao Golpe de 1930 os militares também participaram. O término do período ditatorial conhecido como Estado Novo (1937-1945), fez com que surgisse uma divisão entre as Forças Armadas: de um lado havia os nacionalistas e populistas; e de outro lado, havia os liberais conservadores. Essa divisão pode ser percebida também no âmbito da sociedade civil, mas no Exército ela teve mais intensidade atingindo o corpo de oficiais, também setores de menor colocação na hierarquia militar, como os sargentos e os “praças”. Essa divisão ideológica é um dos fatores que, para uma parte das Forças Armadas, significava uma ameaça para a sobrevivência da organização militar. Segundo Carvalho [3] “os antivarguistas tinham-se preparado para o governo dentro da Escola Superior de Guerra, Lá elaboraram uma doutrina de segurança nacional e produziram, junto com técnicos civis, estudos sobre os principais problemas nacionais”. A partir deste momento, temos os militares em sua aproximação mais ferrenha ao poder: o Golpe de Estado de 1964.

Autores como Abranches (1988) e Santos (1986)¹ [4] afirmam que o fenômeno conceituado como paralisia decisória foi um dos fatores que condicionaram a tomada do poder das mãos de João Goulart em 1964. Na relação entre

¹ Citado por RENNO, L. R. Críticas ao Presidencialismo de Coalizão no Brasil: Processos Institucionalmente Constritos ou Individualmente Dirigidos?. In: Leonardo Avritzer e



Executivo e Legislativo, este último, no período que precedeu o Golpe, estava com seu poder fragmentado no Congresso, levando a impasses que impossibilitaram decisões sobre políticas necessárias. Assim, durante o regime militar há uma forte centralização política nas mãos do Executivo; movimento este que enfraquece o Legislativo em suas funções. O Congresso e o Judiciário funcionando na ditadura.

O que marca o ano de 1974 são as eleições legislativas, um dos primeiros sinais de uma pretendida liberalização política. Neste momento de eleições em condições mais livres, a oposição conseguiu um resultado satisfatório, ganhando várias cadeiras no Congresso e desta forma, com condições melhores na disputa de poder, conseguir se efetivar como polo aglutinador da oposição existente. O sistema partidário de então era o bipartidarismo. Isso deu melhores condições para que mesmo dentro de um regime autoritário, um partido como o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), lograsse o feito de se lançar como uma oposição unificada.

Para tentar enfraquecer a oposição, o sistema partidário brasileiro vai sofrer modificações com uma reforma partidária que vai extinguir de uma vez o bipartidarismo. A real intenção é dividir a oposição que antes se encontrava aglutinada em volta da sigla do MDB – Movimento Democrático Brasileiro, explorando desta forma as divisões internas da sigla, como também visavam diminuir a tensão política com uma concessão de natureza democrática. Desta maneira, o regime militar conseguia mais fôlego para se manter no poder, além de aliviar as pressões sobre o Estado militar. Para Motta, [5] “em 1980 começou a ser criado um novo sistema partidário, que lançou as bases do quadro atualmente em vigor. Cinco novos partidos vieram substituir o arranjo bipartidário em vigor desde 1965, PDS, PMDB, PDT, PTB e PT”.

O processo de liberalização continuou e entrou em nova fase com as eleições de 1982. Naquelas eleições, o governo militar conseguiu ganhos importantes, o que lhe assegurou maioria no Colégio Eleitoral que elegeria o próximo presidente do Brasil. Contudo, a oposição, principalmente o PMDB, também obteve resultados satisfatórios nestas eleições. O PMDB fortalecido tenta mudar as regras das eleições presidenciais com a proposta de uma emenda constitucional que restabelecesse o voto direto para a presidência. Essa foi a campanha das “Diretas já”.

Apesar da forte mobilização popular a campanha pelas Diretas Já, que se materializava na emenda Dante de Oliveira, foi derrotada pelos militares, apontando os limites da oposição no Brasil, o desejo dos militares de continuarem no poder e o modo de se atingir as eleições diretas. Restavam duas alternativas: buscar dissidentes simpatizantes dentro do governo ou romper as regras do jogo através da mobilização da sociedade civil. A maioria da oposição vai tentar a primeira alternativa. Kinzo (p.7) afirma que “sem dúvida era o produto da posição moderada dos líderes do partido, para quem uma solução negociada evitaria a imprevisibilidade e os riscos de uma mobilização popular e, conseqüentemente, a reação por parte dos militares da linha-dura contra qualquer tentativas de mudança radical”. Sua proposta passa a ser então a eleição de Tancredo Neves para concorrer pela oposição na eleição do Colégio Eleitoral ao lado de dissidentes do antigo governo que não acataram a nomeação do candidato do governo.

Outra parte da oposição, como o PT, era adepto de outra alternativa: ruptura radical com a ordem através da mobilização da sociedade civil. Assim, o PT era contrário à participação no processo indireto da eleição presidencial. Sob esse argumento de que o Colégio Eleitoral era ilegítimo, o PT orientou seus parlamentares a não participarem no processo de escolha do sucessor de Figueiredo, abdicando, desta forma de votar no Colégio Eleitoral e garantindo sua identidade como um partido de esquerda no sistema político que emergia. “O problema, entretanto, estava no fato de que, ao denunciar as limitações da transição negociada, esta estratégia contribuiu para que a nova ordem instaurada em 1985 desse seus primeiros passos com sua legitimidade já questionada” (KINZO, p. 9.).

Conclusões

Vimos que muitas transformações no sistema político foram colocadas em curso durante os anos de governo militar no Brasil: mudanças no sistema eleitoral quando ele funcionou. Estas alterações foram feitas partindo das necessidades vistas pelos militares em cada momento em que foram realizadas. Assim, a transição democrática negociada, foi mais uma vez, uma manobra do regime autoritário.

A democracia brasileira passa, desde então, por desafios comuns a todas as experiências democráticas conhecidas. De tal maneira que seu aprimoramento é um processo lento e passa não somente pela questão do sistema político em si, entendendo assim como o emaranhado de regras e procedimentos para a escolha dos representantes, mas igualmente das questões sociais e econômicas.

O Congresso Nacional está discutindo propostas de uma Reforma Política que pode significar avanços concretos para a população brasileira, ao mesmo tempo em que pode apresentar retrocessos, dependendo da maneira como ela efetivamente está e vai continuar acontecendo.



FEPEG | FÓRUM DE ENSINO,
PESQUISA, EXTENSÃO
E GESTÃO

TRABALHOS CIENTÍFICOS APRESENTAÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS DEBATES MINICURSOS E PALESTRAS

23 A 26 SETEMBRO DE 2015
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

ISSN 1806-549X

A HUMANIZAÇÃO NA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

REALIZAÇÃO



AFORO



A cada escândalo proveniente de relações promíscuas no seio do poder, fica mais evidente a necessidade de mudanças no sistema político, sobretudo por ser ele, como mostrado, uma herança nada boa dos tempos da ditadura. Os desafios são enormes e vão requerer muita boa vontade não só dos homens e mulheres que por ora detêm o poder em mãos, mas de toda a sociedade para pressionar à criação de leis que efetive a democracia.

Referências

- [1] SINGER, A. V. **Mídia e democracia no Brasil**. Revista USP, v. 48, p. 58.
- [2] KINZO, Maria D. A.G. **A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.15.
- [3] CARVALHO, J. M . **Cidadania no Brasil: O Longo Caminho**, op. cit. cap. III.
- [4] RENNO, L. R. **Críticas ao Presidencialismo de Coalizão no Brasil: Processos Institucionalmente Constritos ou Individualmente Dirigidos?**. In: Leonardo Avritzer e Fátima Anastasia. (Org.). Reforma Política no Brasil. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006, p. 259 – 271
- [5] MOTTA, R.P.S. **“A reforma partidária de 1979-1980 e o quadro atual”**. Introdução à história dos partidos políticos brasileiros. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 104-115.